

PLANALTINA E SUAS NARRATIVAS: CULTURA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO EM PUBLICAÇÕES LOCAIS DESDE O SÉCULO XX

PEDRO PAULO PALAZZO*

RESUMO: Planaltina é o único núcleo urbano do Distrito Federal preexistente à construção de Brasília. Como tal, foi tanto objeto de descrições e estudos quanto berço de autores que, nos séculos XX e XXI, têm retratado a cidade segundo seus conhecimentos, preocupações e interesses. Neste artigo, os relatos produzidos em e sobre Planaltina são estudados não pelo seu conteúdo factual, mas como testemunhos desses interesses. Os textos são classificados neste artigo de acordo com os ciclos históricos abordados, sendo estes as narrativas inaugurais celebrando as origens do povoamento local, a consolidação do núcleo urbano e sua modernização, e os desafios socioculturais provocados pelo crescimento da capital federal. Percebe-se, nesse acervo de relatos, frequente reprodução de anedotas míticas sobre as origens da cidade e o papel de certas famílias, assim como discursos buscando afirmar a legitimidade de seus emissores perante a oposição ou a omissão personificadas pela narrativa dominante em torno da cidade de Brasília e de seu governo.

PALAVRAS-CHAVE: Planaltina, metanarrativa, historiografia, história regional.

ABSTRACT: Planaltina is the only urban settlement within the Brazilian Federal District limits that predates the construction of the nation's capital, Brasília. As such, it was both the object of descriptions and studies and the birthplace of writers who, during the 20th and 21st centuries, wrote about the town according to their own knowledge, concerns, and interests. These writings are here categorized according

* Doutor em Estética e Semiótica da Arquitetura. Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB). Contato: palazzo@unb.br

to the historic cycles they describe, namely, inaugural narratives celebrating the origins of the settlement, the consolidation of the town and its modernization, and the sociocultural stresses brought about by the growth of the national capital. This ensemble of writings frequently contains the reproduction of mythical anecdotes about the origins of the town and the role played by certain families, as well as discourses seeking to assert the legitimacy of their authors against the opposition or omission embodied in the dominant narrative regarding the city of Brasília and its government.

KEYWORDS: Planaltina, metanarrative, historiography, regional history

Introdução

Planaltina é a única sede de município incorporada no perímetro do Distrito Federal quando da inauguração de Brasília, em 1960. Por isso, as identidades socioculturais construídas pela sociedade local desde então têm considerado essa dupla afiliação: de um lado, como vila centenária e parte da paisagem cultural goiana; de outro, como cidade-satélite de Brasília, reproduzindo as lógicas de apropriação da narrativa da modernidade.

Figura 1: Vista de Planaltina no início do século XX



Fonte: imagem do acervo do autor.

Os textos sobre Planaltina publicados nos séculos XX e XXI por autores goianos ou órgãos públicos são esparsos e carentes de informações anedóticas, porém consistem em valiosos documentos acerca das atitudes locais perante a cidade e o seu patrimônio. Publicações mais recentes na imprensa diária, por outro lado, têm evidenciado facetas da apropriação do caráter histórico da cidade por grupos diversos da sociedade civil e do mundo acadêmico. Propõe-se neste trabalho estudar essas atitudes, destacando-se a natureza dos autores – individuais ou institucionais – e dos contextos nos quais eles produziram suas obras.

Para tanto, divide-se os relatos planaltinense em três ciclos marcados pelos momentos mais frequentemente enfatizados na historiografia local: primeiro, as narrativas inaugurais centradas na fundação da freguesia em 1811, mas remetendo tanto para trás à ocupação do Planalto Central no século XVIII, quanto para a frente ao estabelecimento do arraial em torno da igreja; segundo, a consolidação e o desenvolvimento da localidade a partir da sua elevação a distrito em 1859, data oficialmente celebrada como aniversário da cidade, em detrimento tanto da fundação da freguesia quanto da emancipação municipal em 1891; por fim, o terceiro ciclo corresponde aos preparativos e desdobramentos da construção de Brasília, iniciando-se com o lançamento da Pedra Fundamental em 1922 e compreendendo os desdobramentos urbanos, sociais e culturais da presença da nova capital.

Entende-se, no âmbito desta pesquisa, que o acervo historiográfico sobre a cidade seja ele próprio uma forma de patrimônio imaterial. Os relatos sobre Planaltina aqui discutidos participaram da formação de identidades e reconhecimentos acerca da história centenária da cidade. Assim sendo, debater a seleção de efemérides e narrativas apresentadas nesses textos é também desvendar as referências a partir das quais a comunidade local pôde cultivar a sua memória coletiva. Esse entendimento é especialmente pertinente diante da ruptura na transmissão oral de conhecimentos causada pela explosão demográfica de Planaltina, de origem migratória, provocada pela construção de Brasília.

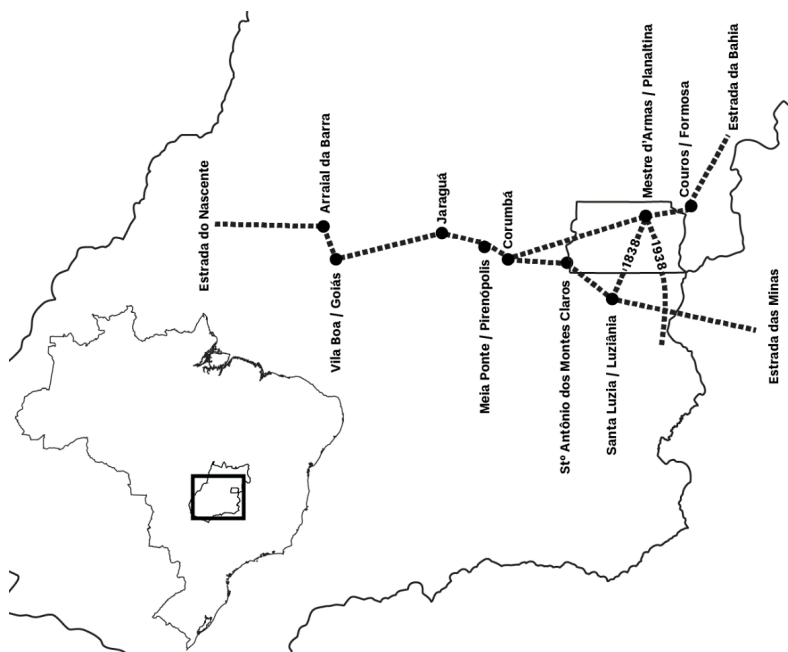
Os relatos publicados acerca de Planaltina podem ser

agrupados em três categorias. A primeira compreende a produção de cronistas regionais, apresentando listas de datas não referenciadas e frequentemente com um tom apologético. Uma segunda categoria é a das narrativas acerca da mudança da capital federal, nas quais Planaltina comparece com um papel de coadjuvante, se não for inteiramente ignorada. Na terceira categoria encontram-se textos discutindo questões de proteção ao patrimônio histórico, essencialmente publicados a partir dos anos 1980. Não se enquadrando em nenhuma das três categorias, apenas o livro de Paulo Bertran, *História da Terra e do Homem no Planalto Central*, oferece um estudo documental aprofundado, limitando-se, entretanto, no que diz respeito ao foco deste texto, à discussão da toponímia original do assentamento.

1. Narrativas Inaugurais

1.1 Mitologia do Ciclo do Ouro

Figura 2: Localização de Planaltina no contexto das estradas da mineração em Goiás



Fonte: Fotografia anônima, acervo da Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, Secretaria de Cultura do Distrito Federal.

No âmbito do ciclo do ouro, na segunda metade do século XVIII, as menções ao local denominado Mestre d'Armas são esporádicas e sempre vinculadas à viação ou ao estabelecimento de sesmarias pecuaristas. Apesar disso, e de o sítio da atual Planaltina não ter qualquer vínculo comprovado com a ocupação territorial ligada à mineração, construiu-se um relato inaugural

buscando associar a formação da cidade à exploração mineradora.

Em particular, remete-se à Bandeira de Bartolomeu Bueno de Azevedo, responsável pela criação de arraiais como Vila Boa (cidade de Goiás) e Meia Ponte (Pirenópolis). Hosannah Campos Guimarães, médico e político planaltinense, afirmou peremptoriamente que “a partir dessa bandeira inicia-se a formação de Planaltina” (GUIMARÃES, 1996, p. 160). Mário Castro, professor e escritor local, expandiu o conceito de pioneirismo para abarcar praticamente todos os grupos que passaram pela região, em seu livro sobre a história de Planaltina, apropriadamente intitulado *A realidade pioneira*:

Desde os índios Quirixás [sic], os bandeirantes ou mudancistas, sempre esteve presente a marca do pioneirismo nessa localidade. Uma história, mais de três séculos, de coragem e luta pela transformação dos cerrados planálticos (CASTRO, 1986, p. 15).

A narrativa de Castro prosseguia com tons messiânicos:

Ao abrir as portas dos Guayases, veremos, bem aí no centro, o pólo das atenções, meio irradiador das mudanças de um novíssimo mundo. Arca de Noé ajuntando os elos perdidos de uma nova sociedade, de uma nova ordem econômica, de um novo rumo espiritual na construção de um novo homem (CASTRO, 1986, p. 15).

O texto seguia relatando a colonização do território brasileiro desde a formação das capitânicas hereditárias, tecendo um relato que continua nas bandeiras e entradas. Daí, a tabela cronológica prossegue com naturalidade para as efemérides próprias do assentamento de Mestre d’Armas, implicando este num arco histórico de escopo nacional e até ultramarino.

A mitologia bandeirista já tinha curso no início do século XX, entretanto. O engenheiro e professor Francisco Ferreira dos Santos Azevedo (1875–1942), filho do presidente da província de Goiás de mesmo nome (1810–1876), mencionava em seu *Anuario de Goyaz* para 1910, que o “município [...] possui entretanto as celebres lavras do Urbano, um dos companheiros de Bartholomeu Bueno” (AZEVEDO, 1910, p. 172). Dito personagem, Urbano do Couto Menezes, era o protagonista de

um relato jamais confirmado, intitulado *Roteiro do Ouro do Urbano* (1750) (BERTRAN, 2011, p. 262). Tal relato indicava, segundo o historiador goiano Paulo Bertran (1948–2005), a localização de uma “fabulosa mina de ouro” (BERTRAN, 2011, p. 261) situada no atual município de Planaltina (GO). O livro *Patrimônio nas Ruas* relatou a mesma história das “minas do Urbano”, porém confundindo a data de passagem da bandeira de Bartolomeu Bueno (1722) com a data do falecimento de Urbano do Couto (1772) (DISTRITO FEDERAL, 2002, p. 88).

Quanto crédito deve ser dado aos relatos sobre as “minas do Urbano”? Bertran considerava crível o relato da descoberta de jazidas de ouro no vale do alto Rio Maranhão (BERTRAN, 2011); porém, improvável que tais riquezas tivessem permanecido intocadas desde então. O Bispo Luiz Antonio da Silva e Souza (1764–1846), terminando de escrever sua *Memória... de Goyaz* em 1812, mencionou Urbano no contexto da bandeira de 1722, bem como a existência de jazidas auríferas ainda inexploradas. Não fez, porém, qualquer menção à presença desse aventureiro nas serras e bacias fluviais que cercam o sítio de Mestre d’Armas, nem à ocorrência de ouro na região (SOUZA, 1819, p. 122-193). Silva e Souza conheceu, todavia, a existência de Mestre d’Armas como local das cabeceiras do Rio São Bartolomeu, não lhe atribuindo qualquer assentamento, o que desmente a tese de que a freguesia tivesse sido implantada em sítio já ocupado. Apesar de o texto de Silva e Souza ter sido publicado mais de uma vez ao longo do século XIX, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, ele não foi citado pelos demais autores estudados neste trabalho.

O ciclo bandeirista e da mineração apresentava, desta feita, uma narrativa de prestígio atraente para o propósito de narrativa inaugural de Planaltina. Contrariamente ao contexto paulista, no qual um certo orgulho do pioneirismo bandeirista era temperado pelo assombro diante da precariedade da sua herança patrimonial (SAIA, 1972, p. 34), nas crônicas goianas até quase fins do século XX o tratamento da epopeia mineradora foi inequivocamente apologético. Até pela quase inexistência de uma arquitetura erudita no Estado antes do segundo quartel do século XX, não havia na

visão dos cronistas goianos nenhum refinamento material a opor à épica, porém rústica, narrativa do ouro. Certamente Goiás no século XIX com a sua economia estagnada e predominantemente pecuarista, efetivo contexto da fundação e do desenvolvimento de Planaltina, não era visto como um perfil adequado à exaltação de qualquer grandeza local, como mostrou a historiadora goiana Ledonias Garcia (GARCIA, 2010).

2. Fundação e Toponímia

Figura 3: Capela de São Sebastião de Mestre d'Armas, construída em 1811, ampliada em 1880, reformada em 1911



Fonte: fotografia do autor.

A freguesia de São Sebastião de Mestre d'Armas teria sido fundada em 20 de janeiro de 1811 por certo número de fazendeiros locais; a tradição, relatada pelo historiador Elias Manoel da Silva, do Arquivo Público do Distrito Federal, fala em a gleba ter sido demarcada no encontro de sete sesmarias (SILVA, 2012, p. 6).

Entretanto, o número parece ser apenas simbólico: em registro do arquivo paroquial de 1858, transcrito no processo de tombamento da igreja, são mencionadas tão-somente quatro sesmarias, atribuídas às famílias Gomes Rabello e Alarcão. As outras duas sesmarias, não nomeadas no documento, podem ser as da família Monteiro Guimarães e Teixeira Coelho, estabelecidas na região do Rio São Bartolomeu e do Pipiripau. Ainda assim, não há indícios de que essas quatro sesmarias fossem de fato adjacentes umas às outras, como dá a entender o termo “encontro”. O Ribeirão Mestre d’Armas era um reconhecido divisor de propriedades rurais (BERTRAN, 2011, p. 307), e a freguesia de mesmo nome foi implantada sobre apenas uma das margens do curso d’água. Por isso, é possível que apenas uma sesmaria tenha cedido suas terras à freguesia, contribuindo as demais de outros modos, talvez financeiramente.

O místico número sete pode estar relacionado a semelhantes contribuições de fazendas mais distantes, ou ao caráter devocional da empreitada, tendo sido a freguesia criada em reconhecimento pela intercessão divina contra uma epidemia que assolava a área (CASTRO, 1986, p. 18). Outra explicação, menos mística e mais materialista, é a de que as sete sesmarias correspondessem simplesmente à extensão do sítio visitado por um fiscal de coleta de dízimos em 1810 (CASTRO, 1986, p. 67), sem ter necessariamente relação com o estabelecimento da freguesia.

A origem do topônimo é controversa, e a sua relação com o surgimento do povoado foi esclarecida por Paulo Bertran. Este autor indicou que o nome Mestre d’Armas já era empregado no registro de Tomás de Souza acerca da viagem do governador D. José de Almeida em 1773 (BERTRAN, 2011, p. 369). Ele rechaçava, assim, a tese convencional – relatada por Mário Castro (1986, p. 18) e corroborada por Hosannah Campos Guimarães (1996, p. 161) –, de que o povoado tenha se desenvolvido em torno da morada de um “mestre d’armas”, termo que se dizia ser a alcinha de um ferreiro, construída por volta dos anos 1780. De fato, o registro paroquial de 1858 não faz menção à preexistência de qualquer assentamento no sítio da freguesia.

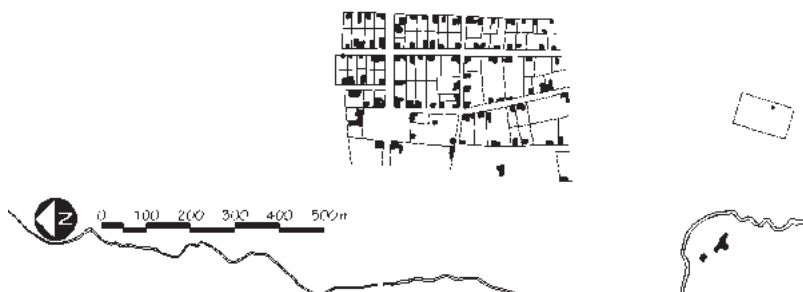
Também as publicações oficiais do Distrito Federal

Planaltina: Relatos (1985, p. 11) e *Patrimônio nas Ruas* (1981, p. 87) repetiam a tese de que se haveria formado um povoado no sítio de Mestre d'Armas por volta de 1790, associando o assentamento à presença do hipotético ferreiro. Bertran, porém, apontou que o *Livro de lançamento dos dízimos de Santa Luzia* para 2010 menciona apenas a coleta do tributo em propriedades rurais na região, não constando a existência de arraial algum (BERTRAN, 2011, p. 368). Esse autor fez a eventual presença de um “mestre armeiro” no Planalto Central remontar à data mais remota de 1751, correspondendo à concessão de uma “Carta de Privilégio de Armeiro para Goiás, passada por Ordem Real, a certo Félix de Araújo Braga” (BERTRAN, 2011, p. 369). Apesar de o livro de Bertran ter sido originalmente publicado em 1984, é concebível que nem Mário Castro, nem os autores das publicações oficiais citadas, tenham tido acesso à obra, visto ela ter sido publicada por uma pequena editora (Solo) em tiragem limitada.

3. Consolidação e Desenvolvimento no Século XIX

3.1 Reconhecimento Oficial do Arraial e da Freguesia

Figura 4: Reconstituição da malha urbana de Planaltina por volta de 1900



Fonte: arquivo particular do autor.

A aprofundada pesquisa de Paulo Bertran ocupou-se essencialmente do período colonial, resultando em que para o restante do século XIX se encontrem apenas os registros dos cronistas, geralmente sem indicação de fonte.

Em 19 de agosto de 1859, pela lei provincial nº 3, o Arraial de Mestre d'Armas foi constituído como distrito municipal da vila de Couros, atual Formosa (Goiás). Essa data é celebrada atualmente como o aniversário oficial de Planaltina. O livro *Patrimônio nas Ruas*, editado pelo Governo do Distrito Federal, chega mesmo a defini-la como a “data considerada como a de *fundação* da cidade [grifo nosso]” (DISTRITO FEDERAL, 2002, p. 88), reforçando o caráter inaugural da celebração. O efetivo processo de reconhecimento administrativo do arraial foi, entretanto, mais tortuoso do que sugere a narrativa oficial.

Castro (1986, p.18-19) apontou uma primeira constituição de distrito englobando Mestre d'Armas e os arraiais vizinhos de Angicos e “lugares anexos” pelo conselho municipal de Santa Luzia (atual Luziânia) em 17 de julho de 1834. Em 2 de março de 1836, ainda segundo Castro, o distrito, então já mencionado apenas como Mestre d'Armas, fora desmembrado de Santa Luzia e incorporado ao município de Couros (CASTRO, 1986, p. 20). Seguiram-se sucessivas trocas de jurisdição, com a assembleia provincial revertendo decisões municipais repetidas vezes, sendo a lei de 1859 apenas uma daquelas resoluções provinciais, nem a primeira e nem a última. Não fica clara, portanto, a motivação para a escolha do 19 de agosto de 1859 como data oficial de Planaltina. Na Biblioteca Pública da cidade, instalada no antigo edifício da prefeitura municipal (inaugurado em 1942), há diversas fotografias de desfiles celebrando o aniversário da cidade. Em que pese termos encontrado, nos arquivos da Secretaria de Cultura do Distrito Federal, documentos fotográficos de Planaltina desde a década de 1920, não há nessa galeria de desfiles qualquer registro anterior à inauguração de Brasília.

Tampouco Azevedo registrava a data de 1859 como notável. Em vez disso, ele registra como única efeméride que o arraial de São Sebastião foi constituído, pela lei provincial nº 615, de 2 de abril de 1870, em freguesia colativa (AZEVEDO, 1910, p. 172) –

isto é, dotada de benefício pecuniário para o seu funcionamento. A essa elevação acompanhou, segundo relatos tardios, uma reforma na edificação da igreja. Identifica-se essa reforma com a ampliação da igreja consistindo na construção da nova capela-mor, ladeada pela sacristia e pelo consistório. Entretanto, Hosannah Guimarães (1996, p. 163) e Mário Castro (1986, p. 23) identificam a lei n° 615 com o ano de 1880, e não 1870. Há atualmente, ao lado da igreja de São Sebastião em Planaltina, réplica de um mourão incendiado na década de 1970, com o ano de 1881 inscrito na sua parte superior.

4. Emancipação e Consolidação Administrativa

Figura 5: Paço Municipal, ou Casa de Câmara e Cadeia, de Planaltina, década de 1940



Fonte: Fotografia anônima, Arquivo Público do Distrito Federal.

O distrito de Mestre d'Armas obteve, no início do período republicano, em 19 de março de 1891, a sua emancipação como

Vila de Mestre d'Armas, por meio do Decreto estadual n° 52. A esse evento seguiu-se a instalação da intendência e da câmara municipal em casarões cedidos por particulares, aguardando a construção das sedes definitivas, as quais só seriam realizadas a partir da terceira década do século XX.

No ano de 1910, pela lei estadual n. 363, de 10 de julho, Mestre d'Armas foi rebatizada Altamir (GUIMARÃES, 1996, p. 163), e pela lei estadual n° 451, de 14 de julho de 1917, assumiu o nome atual de Planaltina (CAMPOS, 1985, p. 12).

A data de construção dos edifícios administrativos da cidade é incerta. A antiga prefeitura possui placa comemorando a inauguração da sede em 1942, sob a gestão de Deodato do Amaral Louly. Quanto à câmara municipal, as datas são controversas. Castro (1986) relata que o edifício tenha sido construído em 1932. No entanto, um registro imobiliário datado de 1926, inédito e encontrado no Arquivo Técnico da Administração Regional de Planaltina², dá a edificação como já existente no mesmo endereço, e ocupada por um particular. Quanto ao grupo escolar, não foram encontrados documentos indicando as datas de construção e demolição do edifício.

Na década de 1940, estava em construção a nova Igreja Matriz da vila, a qual, porém, não foi concluída. Sobre as ruínas da obra inconclusa foi, mais tarde, construída nova igreja, inaugurada em 1980. Esse evento pôs fim ao uso regular da igreja construída, em 1811.

2 Documento descoberto por nossos orientandos de Iniciação Científica Amanda Alves Sicca Lopes e Daniel Bruno Vieira de Melo em fevereiro de 2013, porém não cedido para reprodução pelo Arquivo.

5. Planaltina como Subsidiária de Brasília

5.1 Demarcação do Sítio da Nova Capital

Figura 6: Lançamento da Pedra Fundamental no Morro da Independência



Fonte: Plínio (1922). Arquivo Público do Distrito Federal.

Talvez não seja coincidência que a historiografia local registre as efemérides do século XX com menos atenção que as do XIX. Logo após a emancipação, em 1892, a vila recebeu a visita de um destacamento da Comissão Exploradora do Planalto Central, chefiada pelo astrônomo belga Luís Cruls. A partir desse momento, a história de Planaltina passou a ser narrada como um dos aspectos da transferência da capital do Brasil para o Planalto

Central. Castro, por exemplo, iniciava o seu relato afirmando que “a história de Planaltina, marcada pelo gesto cultural de sua gente, não é senão os antecedentes da história de Brasília” (CASTRO, 1986, 15).

Nessa narrativa, não sobressai a história urbana ou social da vila, mas as características do seu sítio físico: topografia, geologia, flora e fauna, bem como as ligações viárias com as povoações vizinhas. A descrição de Mestre d’Armas no Relatório Cruls é sucinta e desconsidera por completo o assentamento urbano, concentrando-se no clima, na vegetação e principalmente na hidrografia (CRULS, 1947).

O padrão narrativo se repete ao tratar do assentamento, três décadas depois, da Pedra Fundamental da Nova Capital. Os relatos historiográficos ressaltam o isolamento de Planaltina e a dificuldade de acesso desta ao ponto central do Quadrilátero Cruls. No processo de tombamento da Pedra Fundamental como patrimônio histórico do Distrito Federal, o relator escreveu, com base em fontes desconhecidas, que:

Devido à escassez de tempo, não pôde Balduino [o engenheiro responsável pelo assentamento da Pedra] visitar a zona compreendida pelos ribeiros Areias e Descoberto, muito comentada como tendo todos os requisitos para o estabelecimento da futura capital (CRULS, 1947).

Decidiu então que o marco seria colocado na região compreendida entre o ribeirão S. Bartolomeu e Sobradinho, distante 8km de Mestre d’Armas (DISTRITO FEDERAL, 1981).

A partir desse dado prosaico, justifica-se o assentamento da Pedra em sítio próximo a Planaltina, no Morro doravante conhecido como do Centenário. O nome desse acidente geográfico anterior a 7 de setembro de 1922 não encontra, curiosamente, registro algum nas fontes publicadas. O processo de tombamento citado sugere que a elevação era sem nome e foi apenas então batizada. Será possível que um promontório tão marcante na paisagem, e tão próximo do sítio urbano, não tivesse anteriormente recebido nome algum?

Tal narrativa contribui com outros discursos que, ao longo

da segunda metade do século XX, construíram a ideologia de que Brasília teria sido construída no meio de um “nada” – o mito do “vazio” do sertão cuidadosamente entretido por Juscelino Kubitschek e seus apologistas como contraponto necessário ao “cérebro das mais altas decisões nacionais”.

Em que pese ser a narrativa da Pedra Fundamental em grande parte desvinculada do desenvolvimento de Planaltina, os relatos de dignitários locais registram outras efemérides cronologicamente próximas. Mário Castro nota a construção de uma das primeiras estações de energia no Estado, inaugurada em Planaltina em 1925 (CASTRO, 1986). Ressalta também a construção, em 1921, da estrada de rodagem que ligou diretamente Planaltina a Ipameri, a estação ferroviária mais próxima. Hosannah Guimarães menciona brevemente ambos os acontecimentos acima, mas, naturalmente, se detém mais no fato de ter sido ele próprio, em 1929, o primeiro médico formado a atuar no Planalto Central (GUIMARÃES, 1996, p. 165).

Os desdobramentos da construção de Brasília para a história e o patrimônio locais foram esporadicamente relatados em textos da segunda metade do século XX. Se Castro se apresentava como um otimista perante o “terceiro milênio” representado pela nova capital, dentro da sua lógica de exaltação do pioneirismo (CASTRO, 1986, p. 158), a própria publicação oficial do Governo do Distrito Federal, *Patrimônio nas Ruas*, foi mais pessimista, sugerindo uma “perda de identidade” (DISTRITO FEDERAL, 1981, p. 89) na cultura local.

6. Tradições como objetos de narrativas

Figura 7: Museu Histórico e Artístico de Planaltina, antiga residência de Salviano Monteiro Guimarães



Fonte: Fotografia do autor (2004).

O dia 19 de agosto de 2009 foi oficialmente celebrado como o sesquicentenário de Planaltina. Como notado acima, tal dia parece ter sido escolhido para celebração do aniversário da cidade tão-somente após a constituição do Distrito Federal, comparecendo o registro fotográfico de festividades sobretudo a partir da década de 1970. É provável que, anteriormente, a comunidade local celebrasse apenas a festa do santo, em 20 de janeiro, como efeméride representativa de Planaltina. No ano de 2009, todavia, a ambivalência quanto à data comemorativa transformou-se em símbolo das queixas de integrantes da sociedade civil e da comunidade acadêmica contra a administração regional de Planaltina.

Teve papel preponderante nesse debate a interação entre

organizações da sociedade civil e a Universidade de Brasília. A universidade iniciou a implantação de um campus em Planaltina em 2006, tendo como um de seus carros-chefes o curso de graduação em Comunicação Comunitária. A própria administração universitária propunha, então, o comprometimento “com a realidade regional, para resgatar e valorizar sua cultura, identificar seus problemas socioeconômicos e apontar as possíveis soluções.”³ A formação em Comunicação Comunitária foi a plataforma escolhida por integrantes de movimentos sociais planaltinenses para aumentar o alcance de suas posições, envolvendo, para tanto, membros do corpo docente. Assim, em setembro de 2009, foi apresentada a primeira versão da *Carta para a defesa do patrimônio histórico de Planaltina*, subscrita por diversos professores da Universidade de Brasília que também contribuíram para sua redação, dentre os quais o autor deste artigo. A Carta apresentava uma narrativa simples e semelhante ao discurso de diversas organizações e agentes sociais em todo o Brasil: a sociedade civil se preocupa com a degradação do patrimônio arquitetônico, enquanto o governo nada faz para deter esse processo.

A ampla subscrição ao texto, todavia, foi rara ocasião em que agentes da sociedade civil formaram uma frente coordenada. Mais comum tem sido a competição entre discursos para adquirir capital simbólico enquanto defensores do patrimônio. Assim, pouco antes do sesquicentenário oficialmente comemorado, o jornal *Correio Braziliense*, maior veículo de imprensa do Distrito Federal, apresentou aos leitores a Associação dos Amigos do Centro Histórico de Planaltina (AACHP), entidade formada dois anos antes: “depois que parte da estrutura da Igreja São Sebastião foi depredada, há dois anos, alguns moradores da região perceberam que era preciso cuidar do patrimônio da cidade antes que fosse tarde demais” (BORGES, 2009). O mesmo grupo passou a propor a data de 20 de janeiro como celebração

3 UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Missão. Faculdade UnB Planaltina, disponível em: <http://www.fup.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4&Itemid=88>, acesso em: 4 nov. 2015.

do aniversário da cidade,⁴ aproveitando o bicentenário do estabelecimento da capela, festejado em 2011. A proposta, no entanto, tem sido repercutida apenas em blogs e documentos acadêmicos, continuando a imprensa local a se pautar pela data comemorativa oficial, uma vez que esta movimentou uma agenda de espetáculos intensa.

Outra narrativa articulou-se em torno dos descendentes de Salviano Monteiro Guimarães, coronel e prefeito de Mestre d'Armas no início do século XX. Esse discurso fundamenta sua autoridade nos vínculos com o passado municipal de Planaltina:

Neta de Salviano Guimarães, a professora de música Dinalva Maria Guimarães se revolta ao comentar a situação do cemitério onde o avô está enterrado: “Pouca gente sabe, mas o túmulo do meu avô foi doado por Getúlio Vargas em reconhecimento ao trabalho que ele desempenhou aqui. Ele trouxe o progresso para a região e os governos recentes pisam na história dele e de outras famílias que contribuíram para a construção de Planaltina”, reclama (Correio Braziliense, 2011).

O serviço ao bem comum é, ainda, apresentado como realização familiar, lembrando-se a doação do casarão ancestral para implantação do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, em 1982 (Correio Braziliense, 2012), e a manutenção da Casa do Idoso, entidade sem fins lucrativos cuja sede é um antigo casarão cuidadosamente preservado.

Uma terceira narrativa formou-se em torno da Pedra Fundamental da Nova Capital do Brasil, monumento erguido em 7 de setembro de 1922 para evidenciar o planejamento da futura capital na data do centenário da Independência. A proposta de tombamento federal do monumento (PARANHOS, 2012) foi o fulcro para a propulsão de um discurso enfatizando o conhecimento histórico e a produção de material acadêmico, com destaque para a obra do historiador Robson Eleutério (MAGALHÃES, 2008). Não se deve, todavia, considerar as narrativas como produtos de grupos estanques: em que pese

4 BRANDÃO, Marcelo, Planaltina: a cidade que luta para manter a história viva. EBC, disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-03-09/planaltina-cidade-que-luta-para-manter-historia-viva>>, acesso em: 4 nov. 2015.

haver rivalidades pessoais entre diversos agentes, há apropriação dos três discursos de modos variados, sendo a mais significativa interação entre os três a organização dos Encontros do Patrimônio de Planaltina, realizada anualmente pelo curso de Comunicação Comunitária da Universidade de Brasília. Nesse contexto, a universidade chamou para si a função de estabelecer um arcabouço de auditabilidade (*accountability*) na divulgação e no registro dessa diversidade de narrativas, arquivando e permitindo a consulta não apenas a registros publicados, mas também a depoimentos gravados (PAULINO, 2012).

Considerações finais

Figura 8: Malha urbana de Planaltina em 2012



Fonte: fotografia do autor (2012).

A história de Planaltina carece, em grande parte, de cronistas

locais enraizados de longa data. Tal situação contrasta com o caso da vizinha Luziânia, que teve entre o final do século XIX e o início do XX um ciclo de redação de crônicas locais que foi capaz de transcrever a memória oral dos séculos XVIII e XIX em registros mais duradouros. Em parte devido à intensa reorganização sociocultural e à explosão demográfica que acompanharam a construção de Brasília, esse mesmo processo de transcrição, que poderia ter ocorrido mais tardiamente em Planaltina, não teve lugar nessa cidade. Apenas em finais do século XX surgiu a preocupação, simultânea nos empreendimentos de cronistas individuais como Mário Castro e em iniciativas governamentais, de se registrar o patrimônio intangível que constitui a memória dos acontecimentos urbanos. A essa altura, todavia, as reminiscências deviam ser complementadas por intenso recurso a documentos escritos, os quais se apresentavam lacunares ou inacessíveis.

Mais recentemente, no século XXI, as ocasiões comemorativas do sesquicentenário “oficial” (2009) e do bicentenário proposto por grupos da sociedade civil (2011) têm explicitado narrativas contraditórias. Tais narrativas, ainda que convergindo para a preocupação com a preservação do patrimônio material e imaterial de Planaltina, fundamentam-se em três argumentos distintos: a auto-organização da sociedade civil diante da inoperância do poder público, a legitimidade dos descendentes de grandes personagens do passado, ou a reivindicação de algum vínculo com esse passado, como a propriedade de imóveis históricos, e o resgate de monumentos e acervos documentais amparando conhecimentos especializados.

Essas crônicas recentes têm reproduzido, curiosamente, o caráter de narrativas programáticas e pouco sistemáticas na documentação das suas fontes, que geralmente se considera característico de relatos historiográficos anteriores ao cientificismo do século XIX. Não coube aqui especular sobre as razões dessa atitude. Pretendeu-se, antes, apontar como as variadas narrativas, expostas em análises documentais mais ou menos criteriosas por diversos autores, são reveladoras de pressupostos ideológicos que dizem muito a respeito desse processo de construção de identidades.

Referências

AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. *Anuario historico, geographico e descriptivo do Estado de Goyaz*. Uberaba / Araguari/ Goiás: Livraria Século XX/ Aredio de Souza, 1910.

BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*. Brasília: Editora da UnB, 2011.

BORGES, Rodolfo. *Grupo de moradores de Planaltina se organiza para defender patrimônio*. Correio Braziliense: Cidades DF, 2009. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2009/07/09/interna_cidadesdf,125093/index.shtml>. Acesso em: 24 mar. 2015.

BRANDÃO, Marcelo. *Planaltina: a cidade que luta para manter a história viva*. EBC. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-03-09/planaltina-cidade-que-luta-para-manter-historia-viva>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

CAMPOS, Ana Cristina Pinheiro (Org.). *Planaltina... Relatos*. Planaltina: Administração Regional de Planaltina, 1985.

CASTRO, Mário. *A realidade pioneira*. Brasília: Thesaurus, 1986.

CRULS, Luís (Org.). *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central*. São Paulo: Nacional, 1947. (Brasiliana Série 5.a, 258). Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/relatorio-da-comissao-exploradora-do-planalto-central-do-brasil>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

DISTRITO FEDERAL. *Patrimônio nas Ruas*. Brasília: Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico, 2002.

DISTRITO FEDERAL, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. Secretaria de Estado de Cultura. *Processo nº 125.274. Justifica o tombamento da Pedra Fundamental da Futura Capital do Brasil*. Brasília: [s.n.], 1981.

GARCIA, Ledonias Franco. *Goyaz, uma província do sertão*. Goiânia: PUC-GO/ Cânone, 2010.

GUIMARÃES, Hosannah Campos. Planaltina: Sua Origem, Sua História e Sua Gente. In: PIMENTEL, Antônio (Org.). *História do Planalto: Coletânea*. Luziânia: Academia de Letras e Artes do Planalto, 1996, p. 157–181.

MAGALHÃES, Luís Ricardo; ELEUTÉRIO, Robson. *Estrada geral do sertão: na rota das nascentes*. Brasília: Terra Mater Brasilis, 2008.

PARANHOS, Thaís. *Moradores pedem que pedra fundamental da época de construção*

seja tombada. Correio Braziliense: Cidades DF, 2012–2012. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/01/19/interna_cidadesdf,286842/moradores-pedem-que-pedra-fundamental-da-epoca-de-construcao-seja-tombada.shtml>. Acesso em: 24 mar. 2013.

PAULINO, Fernando Oliveira; MENDES, Juliana Soares; BIZERRIL, Marcelo Ximenes Aguiar *et al.* Extensão, Comunicação e Accountability na promoção do Patrimônio Histórico de Planaltina. Participação, n. 21, p. 23–30, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/6320>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

SAIA, Luiz. *Morada paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

SILVA, Elias Manoel da. *De Mestre d'Armas a Planaltina*: Reflexão histórico-crítica sobre a fundação da cidade. Brasília: Edição própria, 2012.

SOUZA, Luiz Antônio da Silva e. Memória sobre o descobrimento, govêrno, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz. *Jornal de Coimbra*, v. 76, p. 122–193, 1819.

Universidade de Brasília. *Missão. Faculdade UnB Planaltina*. Disponível em: <http://www.fup.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4&Itemid=88>. Acesso em: 4 nov. 2015.

Cemitérios centenários de Brazilândia e Planaltina são refúgios de bandidos. Correio Braziliense, 2011. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/10/31/interna_cidadesdf,276282/cemiterios-centenarios-de-brazlandia-e-planaltina-sao-refugios-de-bandidos.shtml>. Acesso em: 24 mar. 2015.

Planaltina tem herança muito bem protegida por família de pioneiros. Correio Braziliense: Cidades DF, 2012. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/01/24/interna_cidadesdf,287333/planaltina-tem-heranca-muito-bem-prottegida-por-familia-de-pioneiros.shtml>. Acesso em: 24 mar. 2015.